

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 29/2023, em que é recorrente **Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 147/2023

*(Autos de Amparo 29/2023, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Inadmissão por Não-Correção Tempestiva de Insuficiências na Instrução do Pedido)*

### I. Relatório

1. A Senhora Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento, interpôs recurso de amparo, impugnando o *Acórdão 114/2023, de 30 de maio*, arrolando, para tanto, argumentos que já haviam sido sumarizados no *Acórdão 135/2023, de 3 de agosto, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Aperfeiçoamento por Deficiente indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e Omissão de junção de Documentos essenciais à Instrução do Pedido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 87, de 17 de agosto de 2023, pp. 1881-1884, nos seguintes termos:

1.1. Alega que, ao ser notificada do acórdão do qual recorre requereu a reparação dos seus direitos fundamentais e o pronunciamento sobre a constitucionalidade de algumas normas sem, no entanto, ter sucesso;

1.2. Entende ter esgotado todas as vias ordinárias que tinha ao seu dispor, na medida que o Tribunal recorrido julgou improcedente o seu recurso, aplicando-lhe uma pena de cinco anos e seis meses de prisão. Ignorando, por completo, o facto de se encontrar inserida na sociedade e não ter delinquido há mais de dez anos depois da data da prática dos factos, e não respondendo ao seu pedido de reparação de direitos fundamentais de sua titularidade.

1.2.1. Referindo-se ao *iter* processual diz que o Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau a condenou na pena de quatro anos e seis meses de prisão pelo crime de peculato, dois anos de prisão pela prática do crime de falsificação ou alteração de documento e, uma vez feito o cúmulo jurídico, foi-lhe aplicada uma pena única de cinco anos de prisão, “suspensa na sua execução, sob condição de entregar a quantia de 8.180.990\$00, no prazo de 90 dias”.

1.2.2. Dessa decisão, o Ministério Público (MP), assim como a recorrente, impetraram recurso, tendo o MP requerido a agravação da pena aplicada em primeira instância com prisão efetiva, o que deixa entender se encontrar a fls. 336 e seguintes dos autos.

1.3. Segundo narra na sua PI, compulsados os autos, constatou que não tinha sido notificada do recurso do MP e muito menos do parecer do Procurador de Circulo junto do Tribunal da Relação de Barlavento – órgão judicial que rejeitou o seu recurso – por falta de fundamentação, decisão que também não lhe teria sido notificada pessoalmente;

1.3.1. No entanto, esse mesmo Tribunal concedeu provimento ao recurso interposto pelo MP e alterou a pena parcelar aplicada à arguida para 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de prisão, pelo crime de peculato, na forma continuada, p. e p. pelo artigo 366º, com referência aos artigos 139º, 259º e 34º, todos do Código Penal (CP).

1.3.2. Defende que as omissões que ocorreram no processo constituem nulidades insanáveis, nos termos dos artigos 77º, nº 1 al. a) e b), 142º, n.º 2, e 151º, al. h), todos do CPP, que poderiam ser suscitadas a todo o tempo;

1.3.3. Acrescenta que o facto de os recursos terem sido julgados em conferência e não em audiência pública, respeitando o princípio do contraditório, conforme determinado na lei, constitui também nulidade e violação de direitos fundamentais, por omissão da publicidade da audiência, que pede que seja reparada.

1.4. Diz ser primária, mãe de dois filhos menores, casada, chefe de família, estar integralmente inserida na sociedade e que existe um acordo com a CMRB no sentido de reparar danos, através da devolução do valor de que se locupletou, não tendo, desde a data

da sentença, há mais de dez anos, sido alvo de qualquer outro tipo de processo criminal. Na sequência, aproveita para arguir que ignorar as nulidades insanáveis apontadas, não dar procedimento ao seu recurso e negar a reparação dos seus direitos fundamentais, com os fundamentos apresentados no acórdão recorrido, viola o direito à presunção de inocência, contraditório, ampla defesa, processo justo e equitativo e publicidade da audiência, consagrados nos artigos 22º e 35º nº 1, 6, 7 e 9 da CRCV.

1.5. Alega ter sido notificada do Acórdão do Supremo tribunal de Justiça (STJ) no dia 20 de junho de 2023 e que, por isso, não tem dúvidas que o seu recurso de amparo seria tempestivo, que lhe assistiria legitimidade e que teria esgotado todos os meios ordinários que tinha ao seu dispor.

1.6. Termina o seu requerimento com o pedido de que o seu recurso seja:

1.6.1. Admitido;

1.6.2. Escrutinado e decidido sobre a obrigatoriedade de notificação dos pareceres e recursos do MP e do Acórdão do TRB, diretamente e na pessoa da recorrente, e se não constituiria nulidade insanável e violação dos direitos fundamentais, o facto de o tribunal recorrido ter julgado o recurso em conferência e não em audiência contraditória pública (artigos 461º, 463 e 464 do CPP e 22º, 35º nº 1, 7 e 9 da CRCV);

1.6.3. Seja julgado procedente e, consequentemente, revogado o *Acórdão 114/2023, de 30 de maio de 2023*, do Supremo tribunal de Justiça, com as legais consequências;

1.6.4. Sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados e ordenar ao órgão recorrido que cumpra as formalidades legais e repare vícios (artigo 470º do CPP).

1.7. Juntou duplicados legais e documentos, nomeadamente o *Acórdão STJ 114/023, de 30 de maio* e pedidos de reparação.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a

admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, articulando os seguintes argumentos:

2.1. Afigura-se-lhe que conforme instruídos os presentes autos, o Ministério Público não possuiria condições para se pronunciar sobre a admissibilidade ou rejeição do presente recurso;

2.1.1. Os autos estão destituídos de documentos necessários para se aferir da veracidade dos factos alegados pela recorrente na PI e também não se encontrariam apenso os autos de “recurso ordinário nº 02/017”;

2.1.2. A recorrente alega ter impetrado o presente recurso contra o *Acórdão STJ 114/2023, de 23 de janeiro*, mas, no entanto, não junta aos autos a cópia da certidão de notificação, o que não lhe permite aferir da tempestividade do mesmo;

2.1.3. Entende, entretanto, que mesmo que esteja em tempo e tenha legitimidade, o que lhe parece certo, e tenha exposto as suas razões, parece-lhe necessário o devido exame e apreciação dos autos afim de se verificar se realmente ocorreram as omissões de notificação reclamadas pela recorrente

2.1.4. É de parecer que o recurso de amparo constitucional interposto carece de aperfeiçoamento nos termos do artigo 8.º n.º 3 da Lei do Amparo.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 31 de julho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do Tribunal Constitucional.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do *Acórdão 135/2023, de 3 de agosto de 2023*, através do qual os Juízes Conselheiros que compõem o tribunal Constitucional decidiram determinar a notificação da recorrente para que aperfeiçoasse o seu recurso de amparo: a) Juntando aos autos a certidão de notificação do acórdão recorrido; b) Carreando para os autos o requerimento através do qual terá solicitado que o julgamento do recurso ordinário que impetrou junto ao STJ fosse realizado em audiência pública; c) Anexando o recurso intentado para o TRB, o acórdão prolatado por esse Tribunal, o recurso que dirigiu ao Egrégio STJ e as páginas dos autos relevantes para o Tribunal

verificar as omissões de notificação a que se refere; d) Clarificando a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal escrutine; e) especificando qual(is) amparo(s) que pretende que lhe seja(m) outorgado(s) para que sejam restabelecidos os seus direitos, liberdades e garantias fundamentais alegadamente violados.

4. No dia 8 de agosto de 2023 a recorrente foi notificada dessa decisão, tendo, no dia 10 do mesmo mês, dado entrada na secretaria deste Tribunal a uma peça de aperfeiçoamento do recurso onde, além de repetir o que já tinha exposto na petição inicial, no essencial:

4.1. Indica as folhas dos documentos que juntou aos autos relativas ao recurso de MP (fls. 336 a 361) e dos pareceres do procurador de círculo junto ao Tribunal da Relação de Barlavento (fls. 382 a 385, 432 a 436);

4.2. Alega não ter sido notificada pessoalmente do Acórdão do TRB 30/016/17, de 19 de abril de 2017, esclarecendo que a notificação foi feita apenas na pessoa do seu mandatário, acrescentando que também não terá sido notificada pessoalmente do recurso do MP e do parecer do Procurador de Círculo.

4.3. Em relação ao facto de ter alegado que o recurso deveria ter sido julgado em audiência pública e não em conferência, esclarece que não teria pedido expressamente que o mesmo fosse julgado em audiência contraditória, mas que, ainda assim, era dever de o Tribunal assim proceder, sobretudo depois de ela ter pedido reparação.

4.4. Indica como condutas violadoras dos seus direitos fundamentais praticadas pelo tribunal recorrido a omissão de notificação do recurso do MP, dos pareceres do MP e do Acórdão do TRB, assim como o julgamento do recurso em conferência e não em audiência contraditória pública.

4.5. Termina a sua peça de aperfeiçoamento rogando que o seu recurso seja admitido, sejam apreciadas e decididas as duas questões colocadas como sendo violadoras dos seus direitos fundamentais, seja o recurso julgado procedente e, consequentemente, revogado ou declarado nulo o Acórdão STJ 114/2023, de 30 de maio, restabelecendo-se assim os direitos, liberdades e garantias violados. Pede ainda que seja o órgão recorrido

ordenado a adotar medidas adequadas à preservação e ao restabelecimento do exercício dos seus direitos, liberdades e garantias;

4.6. Juntou alguns documentos com a peça de aperfeiçoamento e dirigiu requerimento de prorrogação de prazo ao Tribunal Constitucional;

4.7. Dias depois, a 18 de agosto, pediu a junção de mais documentos.

5. A admissibilidade do recurso foi apreciada pelo Tribunal Constitucional em conferência no dia 31 de agosto de 2023 com a participação dos venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, argüivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de*

*novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão*

27/2018, de 20 de dezembro, *Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.



1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o

amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, apesar de a recorrente ter apresentado o seu requerimento na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente tratar-se de um recurso de amparo, de ter incluído uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrado um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportavam os seus pedidos, era notório que a peça padecia de alguma insuficiência, além de não ter sido instruída com elementos essenciais de ponderação.

2.3.5. Daí o Acórdão 135/2023, de 3 de agosto, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Aperfeiçoamento por Deficiente indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e Omissão de junção de Documentos essenciais à Instrução do Pedido, Rel: JC Pina Delgado, ter determinado a junção de documentos essenciais à apreciação da admissibilidade que não tinham sido trazidos aos autos, a clarificação de condutas que a recorrente pretendia que fossem escrutinadas e a especificação do(s) amparo(s) pretendido(s),

3. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão de aperfeiçoamento tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto;

3.1. O facto é que, desde logo, fica patente que o prazo de aperfeiçoamento não foi cumprido, na medida em que tendo o mandatário do recorrente sido notificado do acórdão que o determinou no dia 8 de agosto de 2023, apesar de ter dado entrada a uma peça de aperfeiçoamento no dia 10 de agosto deste ano e de ter carreado para os autos determinados documentos nesse dia, só veio a entregar os elementos cuja junção foi determinada pelo Tribunal Constitucional no dia 18 de agosto, quando já estava largamente ultrapassado o prazo para a junção dos mesmos;

3.2. O Tribunal já havia deixado consagrado que a correção de deficiências da peça e insuficiências na instrução de recursos de amparo dependem da entrega de peça e de todos os documentos determinados pelo acórdão de aperfeiçoamento dentro do prazo perentório do artigo 17.

3.2.1. Com efeito, no Acórdão 91/2023, de 12 de junho, Denis Furtado v. STJ, Inadmissão por Não-Correção Tempestiva de Insuficiência Detetadas na Instrução do Pedido, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 69, 22 de junho de 2023. pp. 1348-1351, 2.4.3, o Tribunal já havia considerado que o aperfeiçoamento não pode ser fatiado, mas, antes, deve ser integralmente cumprido dentro do prazo de dois dias, sob pena de não-admissão do recurso.

3.2.2. Sendo assim, dúvidas não subsistirão de que o aperfeiçoamento foi feito fora do prazo.

3.3. O recorrente não disputa essa assertiva, mas pretende que se reconheça que se está perante um quadro de justo impedimento. Contudo, este, conforme previsto pelo artigo 139 do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* o artigo 1º da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e por ser compatível com a natureza do processo constitucional, depende de, materialmente, a) se estar perante evento não imputável à parte ou aos seus mandatários; b) e que obste à prática do ato; e de, processualmente, c) se o alegar tempestivamente e, d) de se oferecer a respetiva prova imediatamente

3.3.1. Porém, se a recorrente sugere que esse atraso se deveu ao facto de não haver disponibilidade do Juiz-Conselheiro que assumiu a relatoria no órgão judicial recorrido para os fornecer, o que, naturalmente, e a comprovar-se, seria um evento não-imputável ao recorrente ou ao seu mandatário, que obsta à prática do ato. E de ser evidente que terá suscitado o justo impedimento até antes de o alegado impedimento ter cessado,

3.3.2. Não juntou aos presentes autos qualquer documento que pudesse atestar a falta de disponibilidade alegada, sabendo a recorrente do que dispõe a norma em causa, quando à prova do justo impedimento;

3.3.3. Portanto, não consta dos autos qualquer prova a atestar que a recorrente com a máxima diligência e ainda dentro do prazo tenha pedido esses documentos e que o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça não os pôde fornecer imediatamente pelas razões que o recorrente aponta.

3.4. A mesma ainda requereu, através dessa mesma peça, prorrogação do prazo, mas, por motivos evidentes, estando em causa um prazo perentório associado a um recurso que a Constituição e a lei classificam como célere, tal pretensão não tem qualquer base legal. O prazo suplementar de que poderia gozar somente poderia ser o que decorresse de eventual justo impedimento, devidamente provado, até que este cessasse. Não se o comprovando, não há fundamento para considerar para qualquer prorrogação do prazo.

3.5. Pelo exposto, esta Corte Constitucional só pode concluir que o recorrente não aperfeiçoou o recurso, expondo o seu autor às consequências previstas pelo artigo 16, parágrafo primeiro, alínea b), e pelo artigo 16, parágrafo segundo, ambos da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, conducentes à inadmissão do recurso.

4. Neste sentido, o recurso não é admitido por não-correção tempestiva de insuficiências detetadas na peça de recurso e na instrução do pedido.

5. Mas, também diga-se que, de forma similar ao que se decidiu através do *Acórdão 139/2023, de 10 de agosto, João Teixeira e Quintino Borges da Costa v. STJ, Inadmissão por Não-Concessão de Oportunidade de Reparação ao Órgão Judicial recorrido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 87, de 17 de agosto de 2023, pp. 1895-1901, neste caso também parece que a recorrente se terá precipitado ao interpor recurso de amparo, estando pendente pedido autónomo de reparação dirigido ao órgão judicial ao qual imputou lesão de direito, liberdade e garantia.

5.1. Neste aresto, considerou-se que “[o] pedido de reparação não é apenas uma formalidade vazia que os recorrentes devem cumprir. Ele é essencial para se permitir que os tribunais judiciais, que são também tribunais de proteção de direitos, possam corrigir lesões de direitos de que tenham sido responsáveis. Por conseguinte, essa oportunidade tem de ser efetiva, gizando-se devidamente o pedido de reparação, seja ele autónomo, ou esteja integrado em reclamação destinada a colocar incidente pós-decisório, e concedendo-se tempo ao órgão judicial para apreciar a questão e decidir o pedido. O Tribunal alerta que a forma rasa com que se pediu reparação neste caso, quase sem se articular qualquer fundamento ou esgrimir qualquer argumento, é claramente inidónea, apontando para as consequências que isso poderá ter para admissão de outros pedidos similares no futuro. Mas, o decisivo é que o recorrente ao protocolar um pedido de amparo só catorze dias depois de, alegadamente – o que ainda não se consegue confirmar – ter pedido reparação, precipitou-se” (8.3.5);

5.2. E que “[n]ão estando definido legalmente o prazo de que os tribunais dispõem para apreciar um pedido dessa natureza, em princípio o recorrente deverá aguardar que, em tempo razoável, o órgão judicial recorrido analise a questão, e só depois protocolar o seu recurso de amparo. É somente nas situações em que se ultrapasse essa barreira é que

fica dispensada a exigência dessa decisão como pressuposto para a interposição do recurso de amparo. Considerando os inúmeros processos que tramitam no Supremo Tribunal de Justiça, sobretudo em meses que antecedem o fim do ano judicial, não é nada razoável colocar-se uma peça de amparo catorze dias depois de se ter pedido reparação ao STJ” (*Idem*);

5.3. As balizas aqui são diferentes, na medida em que a submissão do pedido de amparo ocorreu no dia 19 de julho, depois de a 23 de junho ter dirigido pedido de reparação ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, o que corresponde a um prazo de dezassete dias úteis, considerando que 5 de julho foi feriado.

5.3.1. Tais casos refletem uma atuação precipitada, ainda que ainda compreensível, e que não permite que o órgão judicial recorrido tenha a oportunidade de apreciar incidentes pós-decisórios que tenham sido protocolados;

5.3.2. Valendo para este caso o que o Tribunal já tinha assentado no aresto supramencionado quando se asseverou que “para efeitos específicos da interposição de recurso de amparo na sequência de submissão de pedido de reparação por violação de direito, liberdade e garantia autónomo, no geral, o Tribunal Constitucional nunca consideraria, como orientação geral, ter-se ultrapassado esse prazo limite da decisão judicial antes de transcorrido o prazo previsto pelo artigo 152, parágrafo segundo, do Código de Processo Civil, segundo o qual “[d]ecorridos dois meses sobre o termo do prazo fixado para a prática do próprio ato do juiz sem que o mesmo tenha sido praticado, qualquer das partes (...)” e depois de ultrapassado o prazo geral decisório do artigo 152, parágrafo primeiro, do CPC subsequente a alerta enviado ao órgão judicial recorrido de que estaria a retardar excessivamente a decisão referente ao pedido de reparação. (...). Compreende-se, naturalmente, as razões que levaram os recorrentes a anteciparem-se, na medida em que, possivelmente, terão receado pelo termo do prazo, caso contado da data de notificação do próprio acórdão recorrido e não da decisão que se recusou a reparar. Contudo, havendo pedido de reparação, é da data da decisão que se recusa a deferi-lo que se conta o prazo para a interposição do recurso de amparo; havendo inércia excessiva do Tribunal em considerar o pedido de reparação ou a reclamação depois de devidamente alertado para tanto, considera-se que há recusa de reparação, habilitando o recorrente a submeter o seu pedido de amparo ao Tribunal Constitucional” (8.3.8).

### III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo.

Registe, notifique e publique.

Praia, 04 de setembro de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

#### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 04 de setembro de 2023.

O Secretário,

*João Borges*